

Triplica a dívida dos Estados

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Com a redução real da receita própria e menor recebimento de transferências da União, os Estados e municípios acabaram por triplicar sua dívida, no ano passado, elevando-a de Cr\$ 3,4 trilhões em dezembro de 1982 para Cr\$ 10,3 trilhões em dezembro de 1983.

Documento consolidado do governo federal ressalva que, apesar do crescimento da dívida total dos Estados e municípios, o endividamento não constituiu fonte de recursos muito importante em 1983, pois a maior parte da expansão — Cr\$ 5,9 trilhões ou 86% do débito — foi resultante das correções monetária e cambial necessárias à sua manutenção e giro.

Em termos reais, as transferências da União para os Estados registraram uma queda de 7,8% em 1983, num total de Cr\$ 3 trilhões. As transferências para os municípios atingiram Cr\$ 1,1 trilhão, com uma queda de 1% comparado aos valores vinculados em 1982.

No entanto, o pior mesmo para os Estados, principalmente os de maior atividade econômica, foi a queda real de 11% na arrecadação do ICM, num total de Cr\$ 4,5 trilhões. Essa queda, conforme balanço consolidado do governo, deve-se essencialmente ao fraco desempenho da economia, que se vem mantendo no atual quadro recessivo.

Os Estados de maior representatividade na arrecadação total do imposto amargaram um declínio real acentuado: São Paulo, -12,3%; Rio de Janeiro, -12,2%; Minas Gerais, — -17,3%; Pernambuco, -10,2%; Rio Grande do Sul, -11,3%; e Paraná, -4,9%.

Regionalmente, o Centro-Oeste foi a única área a apresentar crescimento real de 1,5%, mas sua contribuição na arrecadação total do imposto representa apenas 6,1%. Entre as demais regiões, registraram-se taxas reais negativas: no Sudeste, embora detentora de 59,9% da arrecadação global do ICM, registrou-se queda de 13,3%, seguida do Sul (-10,2%) e Nordeste (-4,9%).